

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DEPUTADO AGACIEL MAIA

LIDO 13.

INDICAÇÃO Nº

IND 10295 /2013

Setor Protocolo Legislativo
JND Nº 30295/ 2013

Folha Nº. 01-4

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

"Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a instalação de iluminação pública no interior das paradas de ônibus no âmbito do Distrito Federal".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a instalação de iluminação pública no interior das paradas de ônibus no âmbito do Distrito Federal".

JUSTIFICAÇÃO

Os usuários do transporte público no Distrito Federal, quando do embarque e desembarque durante a madrugada para o deslocamento para o trabalho, e no retorno para casa no período noturno, conta apenas com iluminação pública das avenidas e ruas onde transitam os veículos próprios do transporte público. O que se percebe é que a iluminação existente é insuficiente, pois nos bancos onde os passageiros aguardam pelo transporte o ambiente e quase que totalmente escuro, ou seja, em permanente estado de penumbra.

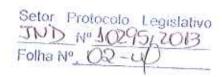
Vale salientar que iluminação pública é indispensável para ampliar os serviços de segurança pública, portanto, trata-se de um item de muita importância no contexto que envolve a proteção das pessoas, o bem estar e a qualidade de vida daqueles que necessitam de utilizar as paradas de ônibus em todo o Distrito Federal.

THE PARTY OF THE P



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DEPUTADO AGACIEL MAIA



Nossa proposição encontra amparo no Art. 3º da Lei Orgânica, nos incisos II, III, IV, V, VI, que trata dos objetivos prioritários do Distrito Federal, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

I (...)...

 II – assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV - promover o bem de todos;

 V proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

VII (...)... (grifo nosso).

Por toda a atenção que a matéria merece, encareço o especial encaminhamento e, consequentemente a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, a esta proposta.

Sala das Sessões, de abril de 2013.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice - Presidente da Câmara Legislativa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, ao SACP para conhecimento e providências protocolares informando que a matéria tramitará, em análise de admissibilidade, conforme dispositivos do RICLDF, na CDESCTMAT (art. 69-B, V, I).

Em, 08/04/2013

ITAMAR PINHEIRO LIMA Chefe da Assessoria Mat.10.694

Setor Protocolo Legislativo JND N° 10295/2013 Folha N° 03-P